



## 20 Anos de Governança Corporativa no Brasil

**JOÃO EDUARDO RIBEIRO**

*Universidade Federal de Minas Gerais*

**ANTÔNIO ARTUR DE SOUZA**

*Universidade Federal de Minas Gerais*

### Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar o perfil das publicações acerca da governança corporativa nos periódicos brasileiros classificados no Quali-Capes de administração (Quadriênio 2013-2016) como A2 e B1 nos anos de 2000 a 2020. Para tanto, foram realizadas uma análise bibliométrica e uma revisão sistemática de literatura em 457 artigos publicados em 22 periódicos nacionais. Como resultados, apurou-se que os estudos a respeito da governança corporativa no Brasil estão em expansão desde o início da década de 2000 e, são sobretudo, realizadas em parceria de pesquisadores, oriundos de universidades públicas. O periódico Contabilidade, Gestão e Governança (CGG) se destacou com um importante meio de divulgação científica sobre o tema, enquanto a Universidade de São Paulo (USP) foi apontada como o principal centro de pesquisa em governança no país. No que tange as pesquisas empíricas, observou-se um predomínio na utilização dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da B3 como *proxy* de boas práticas de governança. Ademais, apontou-se que as pesquisas que utilizaram índices como *proxies* de governança representam apenas 17,5% do total dos estudos empíricos, destacando-se os índices de Carvalhal-da-Silva e Leal (2005) com 4,2% dos estudos, Silveira (2004) com 3,61% e Correia, Amaral e Louvet (2011) com 1,81%. A relevância deste estudo se encontra na importância prática e acadêmica a despeito do tema e, pelo crescimento do interesse sobre governança corporativa por diferentes áreas, como gestão estratégica, economia, finanças e contabilidade. Ao apresentar críticas e oportunidades metodológicas para as futuras pesquisas, este estudo contribuiu para um melhor entendimento a respeito do estado da arte sobre governança corporativa no Brasil, bem como favorece o surgimento e aperfeiçoamento de grupos de pesquisa sobre o tema.

**Palavras-chave:** Governança corporativa, Análise bibliométrica, *Proxies* de governança.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

## 1 Introdução

A governança corporativa é tema de recentes discussões na academia e nas organizações (Bebchuk & Weisbach, 2010, Momot & Filonych, 2021). Claessens e Yurtoglu (2013) apontam que há pouco mais de vinte ou trinta anos, a governança não recebia muita atenção, mas se tornou uma temática relevante nas discussões acadêmicas, bem como objeto de políticas de regulação. Estudos como os de Aguilera, Desender, Bednar e Lee (2015), Chhaochharia e Laeven (2009), Holmstrom e Kaplan (2001) e Christopher (2010) indicam que as diversas aquisições e reestruturações das empresas na década de 1980, a criação de mecanismos de proteção às aquisições hostis, as crises financeiras da década de 1990, bem como os escândalos corporativos dos anos 2000 (Enron e WorldCom, por exemplo), instigaram as discussões a respeito da governança corporativa.

Essa popularização do tema expressou a necessidade e a relevância de sistemas de incentivos e de aprimoramento de mecanismos de monitoramento dos agentes e das organizações, que resultou em regras mais rígidas no que concerne a auditoria independente, a confiabilidade das informações publicadas pelas empresas, ao controle de propriedade, dentre outros mecanismos (Claessens & Yurtoglu, 2013). O aprimoramento destes mecanismos levou a um crescimento no número de pesquisas empíricas sobre governança corporativa, principalmente com o intuito de se elaborar *proxies* que fossem capazes de aferir a qualidade da governança e seu impacto nas empresas (Bebchuk & Weisbach, 2010, Filatotchev, Jackson & Nakajima, 2013).

No Brasil, estudos como os de Carvalhal-da-Silva e Leal (2005), Correia, Amaral e Louvet (2011), Santos (2018) e Silveira (2004) foram desenvolvidos com este objetivo. Ademais, as empresas brasileiras têm sido incentivadas a buscarem medidas que possam reduzir os conflitos de agência (Jensen & Meckling, 1976) e aumentar a transparência das decisões diante dos investidores. No ano de 2000, por exemplo, a Brasil Bolsa Balcão (B3) criou os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC), que são segmentos especiais de listagem desenvolvidos para proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse o interesse dos investidores e a valorização das companhias.

Em razão da evolução da governança corporativa e das pesquisas acerca do tema, torna-se pertinente refletir sobre o seguinte questionamento: Como a academia tem abordado a governança corporativa em produções científicas brasileiras? Devido à complexidade de se abordar todos os grupos de pesquisa, bem como todas as produções científicas brasileiras, faz-se necessária uma forma alternativa de investigá-la, como o produto final da pesquisa científica, isto é, os periódicos acadêmicos, que envolvem em um só escopo os aspectos teóricos e empíricos que a governança corporativa demanda.

Com base nesse pressuposto, definiu-se como objetivo desse trabalho, analisar o perfil das publicações acerca da governança corporativa nos periódicos brasileiros classificados no Quali-Capes de administração (Quadriênio 2013-2016) como A2 e B1 nos anos de 2000 a 2020. Especificamente, neste trabalho faz-se uma análise da evolução das publicações ao longo do período estudado e identifica-se os periódicos que mais publicaram estudos sobre o tema, os principais centros de pesquisa, os autores mais prolíferos e, principalmente as *proxies* de governança corporativa mais utilizadas nas pesquisas empíricas nacionais. Optou-se pelos estratos A2 e B1 de classificação da Capes, uma vez que estes representam o estágio mais elevado da produção científica nacional, impactando em sua qualidade na academia (Nascimento & Beuren, 2011).

Para atingir tal objetivo, empregou-se dois métodos de pesquisa complementares: (i) uma bibliometria e; (ii) uma revisão sistemática de literatura. Para Leite Filho (2020), os estudos



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

bibliométricos possuem potencial de contribuições complementares relevantes para o desenvolvimento intelectual da sociedade, de forma a instigar discussões, evidências, modismos e padrões que colaborem com o desenvolvimento do tema estudado. Já para Thorpe, Holt, Macpherson e Pittaway (2005), a revisão sistemática apresenta alto rigor científico e, têm como objetivo reduzir o viés da literatura por meio de um levantamento de textos publicados acerca de determinado tema que se pretende analisar.

Efetivamente há diversos estudos bibliométricos nacionais sobre a temática da governança corporativa, tais como os de Duarte, Cardozo e Vicente (2012), Kreuzberg e Vicente (2019), Machado Junior, Palmisano, Mazzali e Campanario (2015), Ribeiro, Costa, Ferreira e Serra (2014), Ribeiro e Santos (2015) e Souza e Borba (2007). Entretanto, tais estudos não englobam um horizonte temporal tão extenso, tampouco abordam as *proxies* de governança corporativa criadas para as empresas brasileiras. Para avançarmos com as pesquisas sobre governança corporativa no Brasil é importante conhecermos a maneira como esse fenômeno tem sido aferido, principalmente quando há críticas com relação a elaboração destas *proxies* (ver Bricley e Zimmerman (2010)), por exemplo. Essa lacuna, portanto, justifica a importância deste estudo para a academia.

Outra justificativa para a realização deste estudo é a atualização das pesquisas sobre governança corporativa no Brasil, o que já é esperado nas pesquisas bibliométricas (Ribeiro & Santos, 2015), além do crescente interesse nessa temática por diferentes áreas, como gestão estratégica, economia, finanças e contabilidade (Bebchuk & Weisbach, 2010). Larcker, Richardson e Tuna (2007), por exemplo, ressaltam que dificilmente encontraremos situações em que a governança corporativa não seja importante para o gerenciamento e desempenho organizacional. Ademais, procura-se com esta pesquisa, apresentar críticas e oportunidades metodológicas para as futuras pesquisas.

## 2 Revisão da Literatura

### 2.1 Governança Corporativa

Na década de 1930, Berle e Means (1932) abriram a discussão a respeito da separação entre controle e propriedade das organizações e, na visão desses autores, essa separação poderia ampliar os conflitos de interesses dentro dessas organizações. Adiante, Jensen e Meckling (1976) denominaram esses conflitos de interesses, de conflitos de agência, iniciando assim, a teoria da agência, que expõe a relação de agência que ocorre quando o agente (gestores) age por interesse próprio, esquivando-se da obrigação de atendimento aos interesses do principal (proprietários) (Panda & Leepsa, 2017). A governança corporativa busca justamente resolver esses conflitos de agência decorrentes da separação entre propriedade e gestão e, à vista disso, as práticas de governança corporativa exercem a atribuição de instigar os gestores a tomarem decisões alinhadas aos interesses dos acionistas (Awan & Akhtar, 2014).

Shleifer e Vishny (1997) definem a governança corporativa como instrumentos mediante os quais os fornecedores de capital das empresas se sentem mais seguros com relação ao retorno sobre seus investimentos. À medida que as empresas buscam por inovações que permitam a conquista de lucros anormais, aumenta também a procura por melhores níveis de governança corporativa (Jensen, 1993). A fim de que os investidores forneçam capital às empresas, estas precisam operar de forma honesta e eficiente (Morck & Steier, 2005). De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBCG (2018), os investidores estarão dispostos a pagarem mais por empresas que adotam boas práticas de governança



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

corporativa caso tais práticas não apenas favoreçam os interesses de seus proprietários, mas também a longevidade das empresas.

A adoção de boas de práticas de governança pode reduzir os conflitos de agência, uma vez que aquelas têm a capacidade de alinhar as expectativas do principal à tomada de decisão pelo gestor por meio do monitoramento, da direção e do incentivo (Al-Najjar & Al-Najjar, 2017), abarcando os relacionamentos entre conselho de administração, sócios, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais *stakeholders* (IBCG, 2018). Portanto, a qualidade da governança corporativa inclui inúmeras estruturas de supervisão e controle, como características do conselho de administração, estrutura de propriedade, remunerações dos diretores, dentre outros.

Esses conceitos complementam a afirmação de Hart (1995) que aponta a governança como um mecanismo que assegura a eficácia na tomada de decisão que não foram inicialmente previstas no contrato inicial. Nesse contexto, Altman e Hotchkiss (2010), bem como Karamzede (2013) salientam que boas práticas de governança corporativa podem estimular a continuidade das empresas ao passo que companhias com ausência destas, estarão propensas a ter dificuldades financeiras.

## 2.2 Pesquisas Bibliométricas sobre Governança Corporativa

A bibliometria é um método de pesquisa estatístico (quantitativo) que tem como objetivo analisar as características de documentos escritos, como artigos, relatos técnicos, livros, relatórios, dentre outros (Shilbury, 2011). De acordo com Ferreira, Reis, Serra e Costa (2014), os estudos bibliométricos, em essência, buscam examinar a literatura existente a fim de identificar a evolução intelectual de um campo, a produção científica sobre um tema, os autores e instituições mais prolíficas, bem como os periódicos mais importantes sobre o tema.

Devido a evolução das pesquisas sobre governança corporativa e seus mecanismos, alguns estudos bibliométricos foram realizados a fim de apontarem o perfil destas pesquisas. Souza e Borba (2007), por exemplo, analisaram artigos internacionais que discutiam políticas de remuneração dos executivos. Os autores pesquisaram no Portal Capes por estudos publicados em língua inglesa até julho de 2006 e que continham os termos *governance* e *compensation* em seus resumos. Como resultados, os autores destacaram o ano 2005 como o ano com a maior quantidade de artigos publicados, enquanto nos anos anteriores as publicações foram dispersas. O assunto mais debatido nos estudos avaliados foi a remuneração do executivo principal, e quanto aos países focados nas pesquisas, o destaque é dado ao continente americano, o qual totalizou 66% da amostra de artigos empíricos.

Por sua vez, Duarte *et al.* (2012) se concentraram em identificar o perfil das produções científicas sobre governança corporativas nos artigos apresentados nos principais congressos brasileiros da área de Contabilidade entre os anos de 2000 e 2009. Os autores analisaram os 60 artigos encontrados, realçando Oliveira, Beuren e Rogers como os autores mais prolíficos e; a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) como os centros de estudos de destaque. Já Ribeiro *et al.* (2014) investigaram a produção científica acerca da governança corporativa em periódicos internacionais no período de 1990 a 2011. Os autores analisaram 286 artigos e mostraram que houve um crescimento dos trabalhos a partir de 2003. Ademais, os resultados evidenciaram Jensen e Meckling, e Donaldson e Preston como os pesquisadores mais citados.

Por outro lado, Ribeiro e Santos (2015) analisaram o perfil e a evolução do tema governança corporativa nos periódicos nacionais classificados no Quali-Capes como A1, A2, B1 e B2 (triênio 2010-2012), durante o período de 1999 a 2013. Os autores identificaram 319



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

artigos e; uma evolução do tema a partir do ano de 2002. A Revista de Administração da USP foi a que mais publicou artigos sobre o tema e, houve predominância de publicações em parceria, em especial, com dois e três autores. Ademais, os autores evidenciaram Alexandre Di Miceli da Silveira como o autor mais profícuo e a Universidade de São Paulo como o centro de pesquisa que mais publicou estudos sobre governança.

Assim como Ribeiro e Santos (2015), Machado Júnior *et al.* (2015) também analisaram o perfil das pesquisas sobre governança corporativa no Brasil. Para tanto, os autores pesquisaram 193 artigos publicados entre os anos de 2002 e 2014 e disponíveis nas bases *Redalyc*, *Scielo* e *Spell*. Os resultados obtidos evidenciaram os autores Hudson Fernandes Amaral, Ricardo Pereira Câmara Leal, Alexandre Di Miceli da Silveira, Rubens Famá e Richard Saito com os mais prolíferos. No que concerne aos periódicos, a Revista Contabilidade e Finanças USP e a RAUSP foram as que mais publicaram estudos sobre o tema.

Recentemente, Kreuzberg e Vicente (2019) analisaram uma amostra de 31 artigos teóricos e 59 artigos empíricos coletados nas bases de dados, *EBSCO*, *Emerald Group Publishing*, *ISI Web of Knowledge*, *ProQuest*, *Science Direct*, *Scopus* e *Wiley Online Library* para busca da literatura internacional, e a biblioteca eletrônica *SPELL* para busca nacional. Como principais resultados, os autores identificaram a Teoria da Agência como a teoria predominante nos estudos sobre governança. Apesar dessa predominância, os autores apontaram oportunidades de pesquisas que interligam a Teoria da Agência, a Teoria dos *Stakeholders* e a *Stewardship* e Dependência de Recursos. Braga, Duarte, Sinay e Baidya (2021) buscou, por meio de uma bibliometria, analisar o perfil dos estudos sobre governança corporativa e a assimetria informacional no período de 2000 a 2019. A base de dados selecionada foi a *Web of Science* e o resultado do trabalho, em que foram analisados 401 estudos publicados em diversos países, aponta para um aumento das pesquisas sobre governança e assimetria informacional, principalmente entre os anos de 2014 e 2019, quando houve um grande crescimento nos artigos publicados.

Por fim, Bronstein (2021) realizou uma bibliometria sobre Teoria da Agência, Governança Corporativa e Teoria dos *Stakeholders* com o objetivo de compreender a forma como estes temas são abordados no meio acadêmico. A autora fez um levantamento de artigos sobre estes temas publicados em periódicos nacionais e internacionais e disponíveis para consulta aberta no Portal Capes e, ao todo, foram analisados 90 artigos sobre governança corporativa. Entre os resultados, destaca-se que aproximadamente 16% dos autores possuem mais de uma publicação, enquanto que 84% publicaram apenas um artigo sobre governança. Ademais, a autora elenca os periódicos Contabilidade Vista & Revista, Revista Brasileira de Gestão de Negócios e Revista de Administração Contemporânea, como aqueles que mais publicaram artigos acerca da governança corporativa no Brasil.

Esses estudos analisaram o perfil das pesquisas sobre governança corporativa em diferentes períodos de tempo e em diferentes bases de dados. No entanto, nenhum deles integrou um período de tempo tão longo, tampouco contemplou os periódicos de maior impacto na literatura científica nacional sobre gestão. Ademais, este trabalho avança em sua contribuição ao se propor analisar a utilização das *proxies* de governança corporativa no Brasil, preenchendo uma lacuna que os trabalhos anteriores não o fizeram.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo teve como objetivo analisar o perfil das publicações acerca da governança corporativa nos periódicos brasileiros classificados no Quali-Capes de administração (Quadriênio 2013-2016) como A2 e B1 nos anos de 2000 a 2020. Em específico, analisou-se a

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

evolução das publicações ao longo do período estudado, identificando os periódicos que mais publicaram estudos sobre o tema, os principais centros de pesquisa, os autores mais prolíferos e, principalmente as *proxies* de governança corporativa mais utilizadas nas pesquisas empíricas nacionais. A seleção de artigos publicados em periódicos classificados pela Capes como A2 e B1 (Quadriênio 2013-2016) se deu por representarem o estágio mais elevado da produção científica nacional, impactando em sua qualidade na academia (Nascimento & Beuren, 2011).

Para atingir este objetivo valeu-se de uma bibliometria (Leite Filho, 2008), bem como de uma revisão sistemática de literatura (RSL) (Thorpe *et al.*, 2005). De acordo com Machado Junior, Souza, Parisotto e Palmisano (2016), a bibliometria está estruturada em três leis: Lei de Bradford, (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividade científica de autores) e Leis de Zipf (frequência de palavras). Neste estudo utilizou-se da Lei de Bradford e Lotka.

Na primeira etapa da pesquisa, identificou-se os periódicos classificados pela Capes como A2 e B1 na área Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo no Quali-Capes (Quadriênio 2013-2016), via busca realizada no portal Plataforma Sucupira. Após o levantamento dos periódicos, foram analisados o foco e escopo de cada um, com vistas a selecionar aqueles que aceitam artigos na área de Contabilidade Gerencial, Mercado de Capitais, Administração Financeira, dentre outras áreas correlatas.

A segunda etapa desse estudo compreendeu a busca dos artigos que abordam o tema da governança corporativa e se deu exclusivamente via *web*, por meio da inserção do termo chave “Governança Corporativa” e “*Corporate Governance*” nos buscadores presente nos portais de cada um dos periódicos. Para a seleção dos estudos analisados, optou-se por aqueles que possuíam os termos governança corporativa e *corporate governance*, no título, no resumo e/ou nas palavras-chave. Nesta etapa, foi obtida a amostra contendo 457 artigos obtidos em 22 periódicos analisados. A Tabela 1 expõe os periódicos, dos quais 10 são classificados como A2 e os outros 12 como B1, bem como o respectivo número de artigos analisados.

Tabela 1  
**Amostra**

Periódico	Quali-Capes	Artigos (n°)
Revista Contabilidade & Finanças (RC&F)	A2	39
Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC)	A2	37
Contabilidade Vista & Revista (CVR)	A2	30
Revista de Administração Contemporânea (RAC)	A2	29
Revista de Administração de Empresas (RAE)	A2	23
Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)	A2	23
Revista Universo Contábil (RUC)	A2	22
Brazilian Business Review (BBR)	A2	20
Brazilian Administration Review (BAR)	A2	19
Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN)	A2	17
Revista de Administração da USP (RAUSP)	A2	13
Contabilidade, Gestão e Governança (CGG)	B1	42
Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE)	B1	35
Revista de Administração Mackenzie (RAM)	B1	24
Revista de Gestão (REGGE)	B1	23
Revista de Administração da UFSM (ReAUFSM)	B1	16
Revista Brasileira de Finanças (RBFin)	B1	15
Revista Eletrônica de Administração (REAd)	B1	9
Revista de Ciências da Administração (RCA)	B1	9
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)	B1	6
Revista Contemporânea de Economia e Gestão (Contextus)	B1	3
Revista de Administração e Inovação (RAI)	B1	3
<b>Total</b>		<b>457</b>

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

De posse dos artigos presentes na amostra, partiu-se para a terceira etapa (análise bibliométrica), que abordou os periódicos que mais publicaram estudos sobre governança corporativa, os principais centros de pesquisa e os autores mais prolíferos. Por fim, na quarta e última etapa, realizou-se a revisão sistemática de literatura com vistas a apontar as principais *proxies* utilizadas para aferir a qualidade da governança corporativa das empresas brasileiras e suas características.

#### 4 Apresentação e Análise dos Resultados

A Tabela 2 apresenta o número de estudos obtidos por periódicos e por ano sobre o tema governança corporativa. Nos anos de 2000 e 2001 não foram obtidos nenhum estudo publicado nos periódicos da amostra. Em 2002, primeiro ano em que houve publicação sobre governança nos periódicos analisados, foram publicados 2 estudos, ambos pela Revista de Administração Contemporânea (RAC). Tal resultado corrobora os achados de Souza e Borba (2007) e Ribeiro e Santos (2015). Souza e Borba (2007) apontaram que, antes de 2005 as publicações de artigos sobre governança eram dispersas. Já Ribeiro e Santos (2015) evidenciaram que houve uma evolução do tema a partir do ano de 2002.

Tabela 2  
Número de Artigos Publicados

Periódico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	nº	%
CGG	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	2	4	3	6	4	4	6	4	5	42	9,2
RC&F	0	0	2	1	5	2	0	2	3	2	3	3	3	3	2	6	1	1	0	39	8,5
RCC	0	0	0	0	1	1	2	0	2	2	1	2	4	2	2	6	4	2	6	37	8,1
BASE	0	0	0	0	0	5	1	2	5	1	2	4	4	1	2	2	1	3	2	35	7,7
CVR	0	0	0	0	1	1	2	4	4	4	2	2	1	2	1	3	3	0	0	30	6,6
RAC	2	2	0	0	1	1	1	0	2	1	1	3	0	0	0	3	2	8	2	29	6,3
RAM	0	0	0	0	2	0	0	1	1	1	1	2	1	1	3	4	1	0	6	24	5,3
RAE	0	1	0	1	0	0	3	1	0	0	1	1	1	2	4	3	1	0	4	23	5,0
RCO	0	0	0	0	0	1	4	1	0	1	1	3	5	2	1	0	2	1	1	23	5,0
REGE	0	0	0	2	6	1	2	0	2	0	0	1	2	4	2	1	0	0	0	23	5,0
RUC	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	2	1	1	3	2	3	2	3	0	22	4,8
BBR	0	0	0	1	1	0	0	2	0	1	3	2	4	3	0	1	0	1	1	20	4,4
BAR	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	1	1	1	2	3	2	0	2	1	19	4,2
RBGN	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	3	0	0	2	0	2	1	1	3	17	3,7
ReAUFSM	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	0	0	1	4	2	4	0	16	3,5
RBFIn	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	2	0	0	2	1	0	3	1	2	15	3,3
RAUSP	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	4	13	2,8
RCA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	3	0	1	0	9	2,0
REAd	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	1	2	0	1	1	0	0	1	9	2,0
RECADM	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	6	1,3
Contextus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0,7
RAI	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3	0,7
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>33</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>30</b>	<b>52</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>38</b>	<b>457</b>	<b>100</b>

Dentre os periódicos que mais publicaram estudos acerca da governança, destaca-se a Contabilidade, Gestão e Governança (CGG), responsável por 9,2% de todas as publicações

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

encontradas. A Revista Contabilidade & Finanças (RC&F), a Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC), a Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE) e a Contabilidade Vista & Revista também se destacaram, ao publicarem mais de 30 estudos cada uma, em todo período analisado. A Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão e a Revista de Administração e Inovação (RAI) foram os periódicos com o menor número de publicações no período (3 artigos cada).

Esses resultados corroboram os achados de Ribeiro e Santos (2015) e Machado Júnior *et al.* (2015), que destacaram a Revista Contabilidade & Finanças (RC&F) como um dos periódicos que mais publicaram estudos sobre governança. Apesar disso e, diferentemente dos autores supracitados, aponta-se aqui o periódico Contabilidade, Gestão e Governança (CGG) como o mais prolífero do período, com 42 estudos publicados, evidenciando tal periódico com um importante meio de divulgação científica sobre o tema.

A Tabela 3 mostra os resultados obtidos por meio da análise da Lei de Bradford, que aponta o nível de importância dos periódicos acerca de uma determinada área ou tema (Acedo & Casillas, 2005). Pode-se mencionar os periódicos Contabilidade, Gestão e Governança (CGG), Revista Contabilidade & Finanças (RC&F), Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC) e Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE) como núcleo basilar de governança corporativa, uma vez que estes periódicos foram responsáveis pela publicação de mais de 1/3 dos artigos sobre o tema (Souza & Ribeiro, 2013).

Tabela 3  
**Lei de Bradford**

Periódicos	Soma de Artigos	Nº de Periódicos	Periódicos (%)
CGG, RC&F, RCC e BASE	153	4	18,2%
CVR, RAC, RAM, ERA, RCO e REGE	152	6	27,3%
RUC, BBR, BAR, RBGN, ReAUFMS, RBFin, RAUSP, RCA, REAd, RECADM, Contextus e RAI	152	12	54,5%

<b>Total</b>	<b>457</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>
--------------	------------	-----------	---------------

Quanto a evolução das publicações, a Figura 1 também evidencia o número de artigos publicados sobre governança corporativa no Brasil. A principal constatação é a tendência ascendente desde 2002 nos periódicos analisados, corroborando os resultados de Ribeiro e Santos (2015) e Souza e Borba (2007). Nota-se que no ano de 2017 houve um pico nas publicações sobre o tema (52 artigos), que retornou em 2018, à média de estudos publicados desde 2015 (33 artigos).

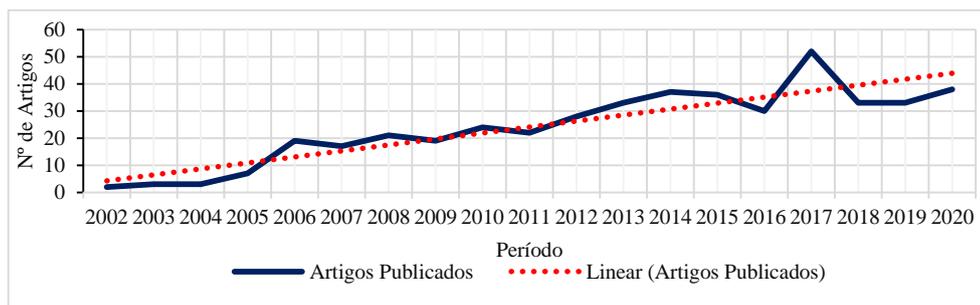


Figura 1  
**Evolução das publicações sobre Governança**

No que concerne a origem dos artigos, a Tabela 4 apresenta os vinte principais locais/universidades, aqui denominados centros de pesquisa, sobre governança corporativa no Brasil. A contagem se deu via autoria e coautoria, assim, em um artigo com cinco autores, por exemplo, foram identificados cinco centros de pesquisa ou um mesmo centro contado cinco vezes, quatro vezes e, assim por diante. Com este procedimento, nos 457 artigos estudados, foram relacionadas 1318 autorias e coautorias, destas, 68,0% foram de pesquisadores oriundos destas vinte principais instituições.

Conforme observado, dos vinte principais centros de pesquisa em governança corporativa, doze são universidades públicas, as quais representam 51,2% das autorias e coautorias. No que tange estas instituições, a Universidade de São Paulo (USP) se destaca como o centro de pesquisa com o maior número de autorias e coautorias (13,4%), seguida pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com 7,7%, pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) com 7% e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 3,7%. Este resultado corrobora os achados de Duarte *et al.* (2012) e de Ribeiro e Santos (2015), que apontaram a Universidade de São Paulo (USP) como o centro de estudo de maior destaque.

Outras universidades públicas também estão presentes na lista, como a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Tabela 4  
**Principais centros de pesquisa**

Universidades	nº	%
Universidade de São Paulo (USP)	176	13,4%
Universidade Federal do Ceará (UFC)	102	7,7%
Universidade Regional de Blumenau (FURB)	92	7,0%
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	49	3,7%

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV)	47	3,6%
Fucape Business School	46	3,5%
Universidade de Brasília (UNB)	42	3,2%
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	42	3,2%
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	40	3,0%
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	34	2,6%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	32	2,4%
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	29	2,2%
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	25	1,9%
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	23	1,7%
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	23	1,7%
Universidade Presbiteriana Mackenzie	21	1,6%
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	19	1,4%
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	18	1,4%
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	18	1,4%
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	18	1,4%
Outros	422	32,0%
<b>Total</b>	<b>1318</b>	<b>100,0%</b>

No que diz respeito as universidades privadas, a Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e a *Fucape Business School* foram as que mais se sobressaíram, com 3,6% e 3,5% de autorias e coautorias, respectivamente. Entre estes vinte principais centros de pesquisa, aparecem ainda as universidades comunitárias, como a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) com 2,2% e 1,7% de autorias e coautorias, respectivamente.

Na análise da autoria e coautoria dos artigos, identificou-se a quantidade de autores por artigo, o sexo e os autores que mais publicaram sobre o tema. A Tabela 5 apresenta as características dos artigos (autores por artigo e sexo dos autores). Conforme apurado, entre os artigos analisados, 18 foram publicados com apenas uma autoria. A quantidade de artigos com 5 e 6 autores também foi pequena (16 e 3 artigos, respectivamente). Observou-se assim, uma predominância de publicações em parceria, em especial, com dois, três e quatro autores (92%). Resultado este, que vai ao encontro do apontado por Ribeiro e Santos (2015). Em adição, nota-se uma predominância de artigos publicados por autores do gênero masculino (65,23%), em detrimento de autores do sexo feminino (34,77%).

Tabela 5  
**Características dos Autores e Coautores**

<b>Painel (a): autores por artigo</b>		
<i>Nº de Autores</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>
1 Autor	18	4%
2 Autores	163	36%
3 Autores	149	33%
4 Autores	108	24%
5 Autores	16	4%
6 Autores	3	1%
<i>Total</i>	<i>457</i>	<i>100%</i>

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

<b>Painel (b): sexo dos autores</b>		
<i>Sexo</i>	<i>n<sup>o</sup></i>	<i>%</i>
Masculino	589	65,23%
Feminino	314	34,77%
<i>Total</i>	<i>903</i>	<i>100%</i>

No que diz respeito a produtividade dos pesquisadores (Lei de Lotka), foram encontrados 903 diferentes autores/coautores responsáveis pelos 457 artigos, constituindo uma média de 1,97 artigos por autor, dos quais 81,17% publicaram apenas um artigo, portanto, uma proporção de 21,17% superior àquela sugerida por Lotka (1926), de 60%.

No que concerne aos autores mais prolíferos, a Tabela 6 expõe os autores de maior destaque. A autora Vera Maria Rodrigues Ponte apresentou o maior número de artigos publicados (15), seguida por Márcia Martins Mendes de Luca (13 artigos) e, Alexandre Di Miceli da Silveira, Hudson Fernandes Amaral, Eduardo Kazuo Kayo, Orleans Silva Martins e Ilse Maria Beuren, com 11 artigos cada um. Duarte *et al.* (2012) já apontavam Ilse Maria Beuren como uma das autoras mais prolíferas, enquanto Machado Júnior *et al.* (2015) e Ribeiro e Santos (2015) citavam Alexandre Di Miceli da Silveira e Hudson Fernandes Amaral.

Estes sete pesquisadores mais prolíficos são responsáveis por 83 artigos publicados e representam 18,16% do total. Expandindo a análise para os 30 pesquisadores mais prolíficos, soma-se um total de 241 artigos publicados, que representam 52,74% do total de artigos publicados. Essa distribuição sugere uma aproximação à abordagem da Lei de Lotka (Lotka, 1926) que preconiza que em muitas áreas do conhecimento identifica-se um padrão de poucos pesquisadores com muita produção enquanto muitos pesquisadores apresentam uma baixa produção (Machado Junior *et al.*, 2016).

Tabela 6

**Autores e coautores**

<b>Autores mais prolíficos</b>	<b>n<sup>o</sup></b>	<b>Autores mais prolíficos</b>	<b>n<sup>o</sup></b>
1 <sup>o</sup> Vera Maria Rodrigues Ponte	15	7 <sup>o</sup> Rosilene Marcon	7
2 <sup>o</sup> Márcia Martins Mendes de Luca	13	7 <sup>o</sup> Laíse Ferraz Correia	7
3 <sup>o</sup> Alexandre Di Miceli da Silveira	11	7 <sup>o</sup> Alessandra Carvalho de Vasconcelos	7
3 <sup>o</sup> Hudson Fernandes Amaral	11	7 <sup>o</sup> Alfredo Sarlo Neto	7
3 <sup>o</sup> Ilse Maria Beuren	11	7 <sup>o</sup> Antônio Lopo Martinez	7
3 <sup>o</sup> Eduardo Kazuo Kayo	11	7 <sup>o</sup> Nelson Hein	7
3 <sup>o</sup> Orleans Silva Martins	11	7 <sup>o</sup> Patrícia Maria Bortolon	7
4 <sup>o</sup> Marcelle Colares Oliveira	10	7 <sup>o</sup> Wesley Mendes-da-Silva	7
4 <sup>o</sup> Paulo Roberto da Cunha	10	8 <sup>o</sup> Lucas Ayres Barreira de Campos Barros	6
4 <sup>o</sup> Roberto Carlos Klann	10	8 <sup>o</sup> Marcos Antônio de Camargos	6
5 <sup>o</sup> Fernanda Maciel Peixoto	9	8 <sup>o</sup> Paula Carolina Ciampaglia Nardi	6
5 <sup>o</sup> Geovanne Dias de Moura	9	8 <sup>o</sup> Ricardo Luiz Menezes da Silva	6
6 <sup>o</sup> Sady Mazzioni	8	8 <sup>o</sup> Richard Saito	6
<b>Outras Menções</b>	<b>1093</b>	<b>Total</b>	<b>1318</b>

No que toca as *proxies* de governança corporativa, a Tabela 7 expõe aquelas utilizadas pela literatura empírica brasileira acerca o tema, no período analisado. Dos 457 estudos presentes na amostra, 166 empregaram a governança corporativa de forma empírica, seja como

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

variável dependente, independente ou de controle em seus modelos econométricos. Conforme observado, 76,51% dos estudos analisados utilizaram como *proxies* de governança, variáveis *dummy* criadas a partir dos NDGC da B3. Quando se trata de estudos que envolvem variáveis de mercado, como risco e retorno, 10 artigos (6,02%) empregaram o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), um índice de mercado da B3 que representa uma carteira teórica de ações, formada pelas empresas com melhores níveis de governança, isto é, as empresas que participam dos NDGC.

Além dessas *proxies*, os pesquisadores têm proposto algum instrumento (índices), formado a partir dos mecanismos de governança encontrados na literatura, para medir a governança das empresas brasileiras. Dentre eles, destacam-se o índice de Carvalho-da-Silva e Leal (2005), utilizado em 4,22% dos estudos empíricos presentes na amostra, seguido por Silveira (2004), utilizado em 3,61% dos estudos e, Correia, *et al.* (2011), empregado em 1,81% dos estudos. Os demais 13 indicadores encontrados, aparecem com um estudo somente (0,6%). Este resultado pode ser explicado pela dificuldade de ser obter tais indicadores, que dependem, na maioria das vezes, de variáveis qualitativas, não obtidas nas plataformas de divulgação de informações financeiras e sim, nos relatórios de administração de cada empresa.

O índice de Carvalho-da-Silva e Leal (2005), chamado pelos autores de CGI, teve como objetivo ser uma medida ampla da qualidade de governança corporativa específica da empresa, que refletisse diferentes atributos de governança não exigidos pela legislação brasileira, mas sim considerados como “boas práticas” pelos padrões internacionais. Em sua construção, Carvalho-da-Silva e Leal (2005) empregaram 15 questões agrupadas em 4 grandes categorias a saber: (i) divulgação, (ii) composição e funcionamento do conselho, (iii) estrutura de propriedade e controle e (iv) direitos dos acionistas. Tal agrupamento se deu apenas em função de apresentação e não teve ponderação entre as perguntas. Cada uma das questões tinha como resposta “sim” (que recebia o valor 1) ou “não” (que recebia o valor 0), além de serem respondidas a partir de informações públicas divulgadas pelas empresas e não por meio de entrevistas potencialmente subjetivas. O índice foi formado pela soma das respostas e, por conseguinte, tinha valor entre 0 e 15.

Tabela 7  
***Proxies de Governança Corporativa***

<i>Proxies de Governança</i>	nº	%
Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (B3)	127	76,51%
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)	10	6,02%
Carvalho-da-Silva e Leal (2005)	7	4,22%
Silveira (2004)	6	3,61%
Correia <i>et al.</i> (2011)	3	1,81%
Assunção, Luca e Vasconcelos (2017)	1	0,60%
Bernardino, Peixoto e Ferreira (2014)	1	0,60%
Brandão e Crisóstomo (2015)	1	0,60%
Bortolon e Silva Junior (2015)	1	0,60%
Lopes e Walker (2008)	1	0,60%
Moizinho, Borsato, Peixoto e Pereira (2014)	1	0,60%
Morás e Klann (2020)	1	0,60%
Peixoto, Amaral, Correia & Neves (2014)	1	0,60%
Pinheiro, Neves, Souza e Casabianca (2019)	1	0,60%

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Ramos e Martinez (2006)	1	0,60%
Semper e Beltrán (2009)	1	0,60%
Soschinski, Schlup, Bogoni & Cunha (2020)	1	0,60%
Vieira, Velasquez, Losekann & Ceretta (2011)	1	0,60%
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>100,00%</b>

O CGI de Carvalhal-da-Silva e Leal (2005), portanto, é de fácil operacionalização, uma vez que não depende de métodos econométricos para sua obtenção, como a análise de componentes principais ou a análise fatorial, por exemplo. Apesar disso, a obtenção dos dados divulgados pelas empresas para responder as 15 questões elaboradas pelos autores para a construção do CGI não é tão simples quanto a operacionalização do índice. Por não contarem com dados financeiros, sua obtenção depende da análise de documentos e relatórios das empresas, como o estatuto, os formulários de referência e os relatórios de administração anuais, devendo os dados serem coletados individualmente e não em conjunto tal como acontece com dados contábeis e de mercado. Esse pode ser um dos motivos pelo qual o índice, apensar de ter sido criado a mais de 15 anos, ter sido utilizado apenas por 7 estudos no período e amostra estudados. Outro motivo provável é o fato de o CGI contar com questões que não são necessárias hoje, como por exemplo, se as empresas adotam o padrão contábil internacional, uma vez que as companhias abertas são obrigadas a adotar as normas internacionais de contabilidade em sua forma completa desde 2010 (Machado, Machado, Souza & de Oliveira, 2012).

Semelhante ao CGI de Carvalhal-da-Silva e Leal (2005), o índice de Silveira (2004) (IGOV) foi operacionalizado por meio de 20 questões cujas respostas também eram “sim” ou “não” (valores 1 e 0, respectivamente). Construído pela soma das respostas, o IGOV teve valores possíveis entre 0 e 20. Silveira (2004) fundamentou suas questões principalmente no estudo de Klapper e Love (2004) e identificou as oportunidades futuras de crescimento, o tamanho da empresa, a natureza da operação, a emissão de ADRs (*American Depositary Receipts*), a estrutura de propriedade, a adesão aos NDGC da B3, o desempenho corporativo, o setor de atividade, o índice de *payout* e a identidade do acionista controlador como determinantes do nível de governança corporativa.

Por ser formado por mais questões, o IGOV de Silveira (2004) é mais difícil de operacionalizar do que o CGI de Carvalhal-da-Silva e Leal (2005) e conta com os mesmos problemas. Além disso, em seus testes econométricos, Silveira (2004) dividiu o IGOV em dois, o primeiro, IGOV10, foi formulado a partir das questões sobre divulgação e transparência de informações, já o segundo, IGOV20, foi formado via questões que diziam respeito a propriedade e controle e estrutura do conselho de administração. De acordo com o autor o IGOV10 se mostrou mais eficiente em aferir a qualidade da governança quando confrontadas com variáveis de desempenho do que o IGOV20, o que mostrou que a transparência e a divulgação de informações são mais importantes para os agentes de mercado, pelo menos na época. Nesse sentido, pode-se apontar como crítica ao IGOV, o fato de não considerar ponderações nos mecanismos de governança.

Correia, *et al.* (2011) também elaboram um índice com intuito de medir a qualidade da governança corporativa (IQG) das empresas brasileiras. O IQG foi construído a partir de um conjunto de mecanismos de governança eficientes, de acordo com os autores, em reduzir os problemas de agência e, que integram as dimensões: estrutura de propriedade e de controle, composição do Conselho de Administração, transparência das informações publicadas, modalidades de incentivo aos administradores e proteção dos acionistas minoritários. O IQG



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

de Correia, *et al.* (2011) foi obtido mediante análise de componentes principais, que emprega a média ponderada de todos os componentes gerados pelos mecanismos, em que as ponderações são representadas pelas respectivas variâncias.

Apesar de inserir a ponderação dos mecanismos de governança, não utilizados nos indicadores de Carvalhal-da-Silva e Leal (2005) e Silveira (2004), por exemplo, a obtenção do IQG de Correia, *et al.* (2011) é mais dispendiosa em todos os aspectos, uma vez que, além de empregar uma técnica que depende de *softwares* estatísticos, emprega também mais variáveis, sendo 19 no total. Ademais, a despeito de Correia, *et al.* (2011) recomendarem o uso de seu indicador como instrumento de avaliação para as empresas que desejam modificar suas imagens sob o ângulo da governança corporativa, o indicador foi utilizado apenas por 1,81% dos estudos empíricos presentes na amostra. O que pode ser explicado pela sua dificuldade de operacionalização.

Portanto, a utilização de indicadores, que levem em conta os mecanismos de governança corporativa, por pesquisadores brasileiros é mínima, sendo bastante utilizada as *proxies* de governança criadas a partir dos NDGC da B3. Com isso, algumas questões podem ser levantadas a fim de se apontar oportunidades metodológicas para futuras pesquisas. Seria possível a criação de um índice de governança corporativa que fosse ao mesmo tempo, eficiente em reduzir problemas de agência e de fácil operacionalização e compreensão? Seria possível a criação de um índice de governança corporativa de fácil operacionalização que fosse mais eficiente em aferir a qualidade de governança corporativa das empresas do que os NDGC da B3? Dada a importância da governança para as empresas e o desenvolvimento do mercado de capitais como um todo, é imprescindível que reflitamos, enquanto pesquisadores da área, sobre tais questões.

## 5 Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar o perfil das publicações acerca da governança corporativa nos periódicos brasileiros classificados no Quali-Capes de administração (Quadriênio 2013-2016) como A2 e B1 nos anos de 2000 a 2020. Em específico, analisou-se a evolução das publicações ao longo do período estudado, identificando os periódicos que mais publicaram estudos sobre o tema, os principais centros de pesquisa, os autores mais prolíferos e, principalmente as *proxies* de governança corporativa mais utilizadas nas pesquisas empíricas nacionais.

Em 2002, primeiro ano em que houve publicação sobre governança nos periódicos analisados, foram publicados 2 estudos, ambos pela Revista de Administração Contemporânea. Cabe ressaltar, no entanto, que a maioria dos periódicos de maior impacto foram criados depois dos anos 2000. O periódico Contabilidade, Gestão e Governança foi o mais prolífero do período, evidenciando tal periódico com um importante meio de divulgação científica sobre o tema. Além deste e, em observância a Lei de Bradford, pode-se apontar os periódicos Revista Contabilidade & Finanças, Revista Contemporânea de Contabilidade e Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos como núcleo basilar de governança corporativa no Brasil, posto que, tais periódicos publicaram mais de 1/3 dos estudos sobre governança no período analisado.

No que diz respeito aos principais centros de pesquisa em governança, ressaltou-se as universidades públicas, as quais representam 51,2% das autorias e coautorias. Neste cenário, a Universidade de São Paulo se destaca como o centro de pesquisa com o maior número de autorias e coautorias. Apontou-se também uma predominância de publicações em parceria, em especial, com dois, três e quatro autores. Tais resultados corroboram os achados anteriores da

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

literatura sobre a governança no Brasil. Em adição, observou-se uma predominância de artigos publicados por autores do gênero masculino, em detrimento de autores do sexo feminino, o que indica que o campo ainda é pouco diverso. Apesar disso, a autora Vera Maria Rodrigues Ponte, da Universidade Federal do Ceará, foi a autora mais prolífica ao apresentar o maior número de artigos publicados.

No que tange a utilização de *proxies* de governança corporativa nas pesquisas empíricas nacionais, foi observado que grande parte destes estudos (76,5%) optam por utilizar uma variável *dummy* criada a partir dos NDGC da B3. A explicação dessa preferência por grande parte dos pesquisadores pode estar na dificuldade de ser obter índices de governança que utilizam, muitas vezes, variáveis qualitativas relacionadas aos mecanismos de governança e sua dificuldade de obtenção destes dados. Pesquisas que utilizaram índices como *proxies* de governança representam apenas 17,5% do total dos estudos empíricos, destacando-se os índices de Carvalho-da-Silva e Leal (2005) com 4,2% dos estudos, Silveira (2004) com 3,61% e Correia, *et al.* (2011) com 1,81%.

Os índices de Carvalho-da-Silva e Leal (2005) e Silveira (2004) são de fácil operacionalização, uma vez que, diferentemente do índice de Correia, *et al.* (2011), não demandam de métodos econométricos para sua obtenção. Apesar disso, todos os índices supracitados dependem de um número grande de variáveis, algumas delas não necessárias nos dias de hoje, o que leva a uma baixa utilização desses índices por outros pesquisadores brasileiros.

Com isso, em função da importância da governança para as empresas e o desenvolvimento do mercado de capitais, seria pertinente a realização de novos trabalhos que busquem a criação de indicadores eficientes em aferir a qualidade de governança corporativa das empresas e que sejam de fácil operacionalização e compreensão. Por fim, ressalta-se que os apontamentos deste estudo são pertinentes para nortear pesquisas futuras sobre o tema de Governança Corporativa nas empresas, sendo de especial relevância para professores e estudantes de pós-graduação *stricto sensu* recém chegados à área.

## Referências

- Acedo, F. J., & Casillas, J. C. (2005). Current paradigms in the international management field: An author co-citation analysis. *International Business Review*, 14(5), 619-639. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2005.05.003>
- Aguilera, R. V., Desender, K., Bednar, M. K., & Lee, J. H. (2015). Connecting the dots: Bringing external corporate governance into the corporate governance puzzle. *Academy of Management Annals*, 9(1), 483-573. <https://doi.org/10.5465/19416520.2015.1024503>
- Al-Najjar, B., & Al-Najjar, D. (2017). The impact of external financing on firm value and a corporate governance index: SME evidence. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 24(2), 411-423. <https://doi.org/10.1108/JSBED-11-2016-0172>
- Altman, E. I., & Hotchkiss, E. (2010). *Corporate financial distress and bankruptcy: Predict and avoid bankruptcy, analyze and invest in distressed debt* (Vol. 289). John Wiley & Sons.
- Assunção, R. R., Luca, M. M. M. D., & Vasconcelos, A. C. D. (2017). Complexity and corporate governance: an analysis of companies listed on the BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 213-228. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201702660>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Awan, A. G., & Akhtar, N. (2014). The impact of Corporate Social Responsibility (CSR) on profitability of firms: A case study of fertilizer & cement industry in Southern Punjab, Pakistan. *International journal of development and economic sustainability*, 2(4), 70-79.
- Bebchuk, L. A., & Weisbach, M. S. (2010). The state of corporate governance research. *The review of financial studies*, 23(3), 939-961. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhp121>
- Berle, A., & Means, G. (1932). *The Modern Corporation and Private Property*. New York. New Brunswick.
- Bernardino, F. F. M., Peixoto, F. M., & Ferreira, R. N. (2014). Governança corporativa e valor da firma: um estudo de empresas brasileiras do setor elétrico. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 13(2), 185-202. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2014014>
- Bortolon, P. M., & Silva Junior, A. (2015). Delisting Brazilian Public Companies: Empirical Evidence about Corporate Governance Issues. *Brazilian Business Review*, 12, 97-124. <https://doi.org/10.15728/bbrconf.2015.5>
- Braga, I. L., Duarte, A. L. F., Sinay, M. C. F., & Baidya, T. K. N. (2021). Estudo Bibliométrico da Relação entre Governança Corporativa e Assimetria Informacional. *Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade*, 11(1).
- Brandão, I. F., & Crisóstomo, V. L. (2015). Concentração de propriedade e qualidade da governança da empresa brasileira. *Brazilian Review of Finance*, 13(3), 438-469. <https://doi.org/10.12660/rbfin.v13n3.2015.45739>
- Brickley, J. A., & Zimmerman, J. L. (2010). Corporate governance myths: comments on Armstrong, Guay, and Weber. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 235-245.
- Bronstein, M. M. (2021). Levantamento Bibliométrico: Governança Corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no Campo da Administração. *Revista Cadernos de Negócios*, 1(1).
- Carvalho-Da-Silva, A. L. C., & Leal, R. P. C. (2005). Corporate governance index, firm valuation and performance in Brazil. *Revista Brasileira de Finanças*, 3(1), 1-18.
- Chhaochharia, V., & Laeven, L. (2009). Corporate governance norms and practices. *Journal of Financial Intermediation*, 18(3), 405-431. <https://doi.org/10.1016/j.jfi.2008.10.001>
- Christopher, J. (2010). Corporate governance—A multi-theoretical approach to recognizing the wider influencing forces impacting on organizations. *Critical perspectives on accounting*, 21(8), 683-695. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2010.05.002>
- Claessens, S., & Yurtoglu, B. B. (2013). Corporate governance in emerging markets: A survey. *Emerging markets review*, 15, 1-33. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2012.03.002>
- Correia, L. F., Amaral, H. F., & Louvet, P. (2011). Um índice de avaliação da qualidade da governança corporativa no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(55), 45-63. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000100004>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Duarte, E., Cardozo, M. A., & Vicente, E. F. R. (2012). Governança: uma investigação da produção científica brasileira no período de 2000 a 2009. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(1), 115-127.
- Ferreira, M. A. S. P. V., Reis, N. R., Serra, F. A. R., & Costa, B. K. (2014). Understanding the Footprint of the RBV in International Business Studies: the Last Twenty Years of Research. *Brazilian business review*, 11(4), 53-83.
- Filatotchev, I., Jackson, G., & Nakajima, C. (2013). Corporate governance and national institutions: A review and emerging research agenda. *Asia Pacific Journal of Management*, 30(4), 965-986. <https://doi.org/10.1007/s10490-012-9293-9>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2018). *Origens da governança corporativa*. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/governanca/origens-da-governanca>
- Hart, O. (1995). Corporate governance: some theory and implications. *The economic journal*, 105(430), 678-689. <https://doi.org/10.2307/2235027>
- Holmstrom, B., & Kaplan, S. N. (2001). Corporate governance and merger activity in the United States: Making sense of the 1980s and 1990s. *Journal of Economic Perspectives*, 15(2), 121-144. <https://doi.org/10.1257/jep.15.2.121>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jensen, M. C. (1993). The modern industrial revolution, exit, and the failure of internal control systems. *The Journal of Finance*, 48(3), 831-880. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1993.tb04022.x>
- Karamzadeh, M. S. (2013). Application and comparison of Altman and Ohlson models to predict bankruptcy of companies. *Research Journal of Applied Sciences, Engineering and Technology*, 5(6), 2007-2011. <https://doi.org/10.7537/marsroj080916.05>
- Klapper, L. F., & Love, I. (2002). Corporate governance, investor protection and performance in emerging markets. *Investor Protection and Performance in Emerging Markets (March 2002)*.
- Kreuzberg, F., & Vicente, E. F. R. (2019). Para onde estamos caminhando? Uma análise das pesquisas em governança corporativa. *Revista de Administração Contemporânea*, 23, 43-66. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019170381>
- Larcker, D. F., Richardson, S. A., & Tuna, I. R. (2007). Corporate governance, accounting outcomes, and organizational performance. *The accounting review*, 82(4), 963-1008. <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.4.963>
- Leite Filho, G. A. (2008). Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de administração contemporânea*, 12, 533-554. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000200011>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Lopes, A. B., & Walker, M. (2008). Firm-level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil. *Available at SSRN 1095781*.
- Lotka, A. J. (1926). The frequency distribution of scientific productivity. *Journal of the Washington academy of sciences*, 16(12), 317-323. <https://www.jstor.org/stable/24529203>
- Machado Junior, C., Palmisano, A., Mazzali, L., & Campanario, M. A. (2015). O conhecimento em Governança Corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(26), 99-118. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n26p99O>
- Machado Junior, C., Souza, M. T. S., Parisotto, I. R. S., & Palmisano, A. (2016). As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. *Revista de Ciências da Administração*, 18(44), 111-123. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n44p111>
- Machado, M. R. R., Machado, L. S., Souza, E. S., & de Oliveira, J. J. (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 3-22.
- Moizinho, L. C. S., Borsato, R. B., Peixoto, F. M., & Pereira, V. S. (2014). Governança corporativa e internacionalização: Uma análise dos efeitos nas empresas brasileiras. *Revista de Ciências da Administração*, 16(40), 104-122. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n40p104>
- Momot, T., & Filonych, O. (2021). Corporate Governance Intelligence: Stakeholder-Related Approach (Evidence from Ukraine). *Modern Perspectives in Economics, Business and Management Vol. 5*, 14-22.
- Morck, R., & Steier, L. (2005). The global history of corporate governance: An introduction. In *A history of corporate governance around the world: Family business groups to professional managers* (pp. 1-64). University of Chicago Press.
- Morás, V. R., & Klann, R. C. (2020). Influência da governança corporativa na escolha do tipo de gerenciamento de resultados. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(44), 105-122. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p105>
- Nascimento, S. D., & Beuren, I. M. (2011). Redes sociais na produção científica dos programas de pós-graduação de ciências contábeis do Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 15, 47-66.
- Panda, B., & Leepsa, N. M. (2017). Agency theory: Review of theory and evidence on problems and perspectives. *Indian Journal of Corporate Governance*, 10(1), 74-95.
- Peixoto, F. M., Amaral, H. F., Correia, L. F., & Neves, J. C. C. (2014). Governança Corporativa e Crises: mecanismos importantes durante ciclos econômicos distintos. *Revista de Ciências da Administração*, 119-133. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p119>
- Pinheiro, L. E. T., Neves, P. A., de Souza, R. M., & Casabianca, M. L. (2019). Conflito entre acionistas, governança corporativa e valor da empresa: uma análise em empresas



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(41), 3-22. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p3>
- Ramos, G. M., & Martinez, A. L. (2006). Governança corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 3(6), 143-164. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Ribeiro, H. C. M., Costa, B. K., Ferreira, M. A. S. P. V., & Serra, B. P. D. C. (2014). Produção científica sobre os temas governança corporativa e stakeholders em periódicos internacionais. *Contabilidade, gestão e governança*, 17(1), 95-114.
- Ribeiro, H. C. M., & Santos, M. C. (2015). Perfil e evolução da produção científica do tema governança corporativa nos periódicos qualis/capes nacionais: uma análise bibliométrica e de redes sociais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(3), 4-27.
- Santos, T. A. (2018). *Um índice de governança corporativa para o mercado acionário brasileiro*. (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Minas Gerais).
- Semper, J. D. C., & Beltrán, J. M. T. (2009). Divulgación de información sobre riesgos: una propuesta para su medición. *Innovar*, 19(34), 121-134.
- Silveira, A. D. M. D. (2004). *Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*, (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Shilbury, D. (2011). A bibliometric study of citations to sport management and marketing journals. *Journal of Sport Management*, 25(5), 423-444. <https://doi.org/10.1123/jsm.25.5.423>
- Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. *The Journal of Finance*, 52(2), 737-783. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x>
- Soschinski, C. K., Schlup, D., Bogoni, N. M., & Cunha, P. R. (2020). Influência da governança corporativa na assimetria de informação: uma comparação entre empresas brasileiras e americanas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(43), 149-163. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n43p149>
- Souza, F. C., & Borba, J. A. (2007). Governança corporativa e remuneração de executivos: uma revisão de artigos publicados no exterior. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(2), 35-48.
- Souza, M. T. S. D., & Ribeiro, H. C. M. (2013). Environmental sustainability: a meta-analysis of production in brazilian management journals. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(3), 368-396. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000300007>
- Thorpe, R., Holt, R., Macpherson, A. & Pittaway, L. (2005). Using knowledge within small and medium sized firms: a systematic review of the evidence. *International Journal of Management Reviews*, 7(4), 257-281. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2005.00116.x>
- Vieira, K. M., Velasquez, M. D. P., Losekann, V. L., & Ceretta, P. S. (2011). A influência da governança corporativa no desempenho e na estrutura de capital das empresas listadas na Bovespa. *Revista Universo Contábil*, 7(1), 49-67. <https://doi.org/10.4270/ruc.2011104>

